

O LÚDICO AUXILIANDO NA INCLUSÃO ESCOLAR: CONTRIBUIÇÕES DO PROGRAMA RESIDÊNCIA PEDAGÓGICA NA CIDADE DE BOM JESUS- PI

Laís Silva Vogado

Graduada de Licenciatura em Ciências Biológicas.
Discente da Universidade Federal do Piauí (UFPI/ CPCE)- Bom Jesus.
ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-6079-7670>
Lattes: 6172698092646848
E-mail: laisvogado2204@gmail.com

Marcelo Sousa Lopes

Professor Adjunto- Biologia Vegetal II / UFPI
Doutorado em Ciências (UEM)
Biólogo Licenciado/ Bacharel pela UFC
ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-9554-8746>
Lattes: <http://lattes.cnpq.br/3916474918550590>
E-mail: marcelolopes@ufpi.edu.br

Analice Costa Sousa

Graduada de Licenciatura em Ciências Biológicas.
Discente da Universidade Federal do Piauí (UFPI/ CPCE)- Bom Jesus.
ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-9786-5024>
Lattes: 0618187958867442
E-mail: analicecostasousa@hotmail.com

RESUMO

O presente trabalho aborda as estratégias do Programa Residência Pedagógica (PRP) para incentivar as diferentes habilidades de crianças com Necessidades Educativas Especiais (NEE) através do lúdico, em uma turma do sexto ano do Ensino Fundamental na cidade de Bom Jesus- PI. Teve como objetivo analisar quais estratégias educacionais lúdicas inclusivas poderiam auxiliar na aprendizagem dos alunos com deficiências físicas, dificuldades de aprendizagem e transtornos comportamentais na escola municipal Maria Aristéia Figueireido da Fonseca. Para que os objetivos da pesquisa fossem alcançados, utilizou-se o questionário e a entrevista como instrumento de construção das informações. O contexto empírico da pesquisa ocorreu em uma escola da rede municipal, e contou com a participação de quatro professores, sendo nas áreas de biologia, matemática e português. A investigação revelou que as intervenções didáticas lúdicas propostas pelo PRP foram significativas, pois refletiu, segundo o relato dos professores, na aprendizagem dos alunos, visto que os mesmos conseguiram reconhecer as letras, formar nomes, montar quebra-cabeças e de forma geral, se comunicar melhor através dos diferentes materiais apresentados.

Com base neste trabalho, foi possível concluir que o Programa Residência Pedagógica, apresentou contribuições para a melhoria da qualidade do ensino, e mais que isso, ofereceu suporte para uma proposta de ensino criativa e inédita, tendo em vista que o trabalho pedagógico junto às crianças, sempre necessita de inovações.

Palavras-chave: Educação inclusiva. Formação docente. Atividades lúdicas.

THE PLAYER AID IN SCHOOL INCLUSION: CONTRIBUTIONS OF THE PEDAGOGICAL RESIDENCE PROGRAM IN THE CITY OF BOM JESUS- PI

ABSTRACT

The present work addresses the strategies of the Pedagogical Residence Program (PRP) to encourage the different skills of children with Special Educational Needs (SEN) through play, in a class of 6th grade of Elementary School in the city of Bom Jesus-PI. It aimed to analyze which inclusive playful educational strategies could assist in the learning of 6th grade students with physical disabilities, learning difficulties and behavioral disorders at the municipal school Maria Aristéia Figueireido da Fonseca. To achieve the research objectives, the questionnaire and the interview were used as an instrument for constructing the information. The empirical context of the research took place in a school in the municipal network, with the participation of four teachers, in the areas of biology, mathematics and Portuguese. The investigation revealed that the recreational didactic interventions proposed by the PRP were significant, as it reflected, according to the teachers' report, in the students' learning, since they were able to recognize the letters, form names, assemble puzzles and in general, communicate better through the different materials presented. Based on this work, it was possible to conclude that the Pedagogical Residency Program presented contributions to improve the quality of teaching, and more than that, offered support for a creative and unprecedented teaching proposal, considering that the pedagogical work with children, always needs innovations.

Keywords: Inclusive education. Teacher training. Playful activities

LA AYUDA AL JUGADOR EN LA INCLUSIÓN ESCOLAR: CONTRIBUCIONES DEL PROGRAMA DE RESIDENCIA PEDAGÓGICA EN LA CIUDAD DE BOM JESUS- PI

RESUMEN

El presente trabajo aborda las estrategias del Programa de Residencia Pedagógica (PRP) para incentivar las diferentes habilidades de los niños con Necesidades Educativas Especiales (NEE) a través del juego, en una clase de 6º de Primaria en la ciudad de Bom Jesus-PI. Su objetivo era analizar qué estrategias educativas lúdicas inclusivas podrían ayudar en el aprendizaje de los alumnos, con discapacidad física, dificultades de aprendizaje y trastornos de conducta en la escuela municipal Maria Aristéia Figueireido da Fonseca. Para lograr los objetivos de la investigación, se utilizó el cuestionario y la entrevista como instrumento para la construcción de la información. El contexto empírico de la investigación se desarrolló en una escuela de la red municipal, y contó con la participación de cuatro profesores, en las áreas de biología, tanto de matemáticas como de portugués. La investigación reveló que las intervenciones didácticas recreativas propuestas por el PR fueron significativas, pues se reflejó, según el informe de los docentes, en el aprendizaje de los estudiantes, ya que fueron capaces de reconocer las letras, formar nombres, armar rompecabezas y, en general, comunicarse mejor a través de los diferentes materiales presentados. A partir de este trabajo se pudo concluir que el Programa de Residencia Pedagógica, presentó aportes para el mejoramiento de la calidad de la enseñanza, y más que eso,

brindó apoyo para una propuesta didáctica creativa y sin precedentes, considerando que el trabajo pedagógico con niños, siempre necesita inno

Palabras clave: Educación inclusiva. Formación de profesores. Actividades lúdicas

1 INTRODUÇÃO

Ao pensar em Educação Inclusiva, logo se imagina uma escola que busca estratégias pedagógicas alternativas que consigam manter a permanência do aluno com necessidades especiais na escola, de modo que suas necessidades de aprendizagem sejam atendidas, independente das necessidades que possuem. “Nos debates atuais sobre inclusão, o ensino escolar brasileiro tem diante de si o desafio de encontrar soluções que respondam à questão do acesso e da permanência dos alunos nas suas instituições educacionais” (MANTOAN, 2006, p. 15).

No Brasil, em virtude da Lei 13.146/2015 é garantido aos alunos com deficiência o direito de ingressar na escola comum, cabendo a esta “acolher todas as crianças, independentemente de suas condições físicas, intelectuais, sociais, emocionais, linguísticas ou outras”(BRASIL, 1997, p. 17). Essa medida faz parte do esforço governamental para o estabelecimento de uma escola inclusiva, aberta para todos os alunos que lhes ofereça as mesmas oportunidades de acesso e permanência, incluindo os que apresentam necessidades especiais (YOSHIDA 2018).

O termo inclusão tem sido usado com múltiplos significados, onde o princípio fundamental é a valorização da diversidade. De acordo com Lima (2006), inclusão é o modo ideal de garantir igualdade de oportunidades e permitir que alunos com deficiência possam relacionar-se com outros e estabelecer trocas para se construir uma sociedade mais igualitária.

O Ministério da Educação tem demonstrado interesse pela melhoria da educação de alunos com Necessidades Educacionais Especiais (NEE), tornando a educação inclusiva mais significativa. A Lei nº 7. 853/89 estipula obrigatoriedade de todas as escolas em aceitar matrículas de alunos com deficiência. Regulamentada em 1999, a lei é clara: “todas as crianças têm o mesmo direito à educação” (BRASIL, 2004).

A Constituição de 1988 garante o oferecimento a educação no ensino fundamental em seu Art. 211. Logo após, surge em 1990 a Lei nº 8.069/90, que se refere ao Estatuto da Criança e do Adolescente- ECA, reforçando “o direito à educação”, além de assegurar educação no Ensino Fundamental obrigatório e gratuito, em seu Artigo I (BRASIL, 1990, p. 18).

Para que as medidas estabelecidas no arcabouço legal ganhem significação no contexto escolar, conforme explica Mrech (2008, p.1), “o fundamental é perceber o aluno em toda a sua “singularidade”, captá-lo em toda a sua especificidade, em um programa direcionado a atender as suas necessidades especiais”. É a percepção desta singularidade que vai comandar o processo.

Uma das ferramentas para materializar as determinações legais no espaço de sala de aula corresponde à utilização de propostas pedagógicas que contemplem a utilização de estratégias de ensino lúdicas, tendo como princípio a formação integral dos alunos e a preparação para vida em sociedade (CHATEAU, 1987, p.4). Segundo Kishimoto (2008), se o jogo remete ao natural, universal e biológico, ele é necessário para o treino de instintos herdados.

Desta forma, trabalhar o lúdico no mundo da criança é uma forma de fazer com que ela encontre o prazer, dentro de suas atividades, indo de encontro à aprendizagem necessária ao seu desenvolvimento. Neste viés, utilizou-se estratégias educacionais lúdicas, através dos residentes do Programa Residência Pedagógica (PRP), da Universidade Federal do Piauí, campus Cinobelina Elvas, em Bom Jesus – PI, com crianças portadoras de necessidades especiais, da Escola Municipal Maria Aristéia Figueiredo da Fonseca, no mesmo município.

2 MÉTODO

2.1 Área de Estudo e Sujeitos da Pesquisa

O município de Bom Jesus é destaque no seu índice educacional, aparecendo com o terceiro melhor desempenho no Índice de Oportunidades da Educação Básica (IOEB), tendo ganhado destaque por estar acima das médias estadual e nacional, sendo motivo de orgulho para todos os bonjesuenses (GP1, 2020), juntamente ao Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) no ano de 2019, o qual atingiu 7,5 referente ao quarto e quinto ano, do ensino fundamental (INEP 2020).

Bom Jesus foi um dos 40 municípios piauienses que recebeu o prêmio, ``Gestor Educador``, por excelência no IDEB, promovido por meio de parceria entre a prefeitura de Bom Jesus e a Undime - União dos Dirigentes Municipais de Educação. (PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JESUS, 2020).

Como contexto empírico da investigação optou-se pela escola municipal Maria Aristéia Figueiredo da Fonseca, localizada na Rua Arsênio Santos, no centro da cidade em Bom Jesus- PI, com ensino ofertado do quinto ao nono ano, no período da manhã e tarde, com alunos na faixa etária entre 10 e 18 anos. A escola fica bem localizada, com espaços livres para a hora do intervalo. Trabalha com o projeto Conselho Escolar Criança Futuro Feliz, tendo como principal atividade a associação de defesa dos direitos sociais.

A escolha desta escola como contexto de pesquisa se deu em virtude do vínculo firmado com a Universidade Federal do Piauí, através do PRP e do estágio supervisionado, mas também por esta atender um número significativo de alunos com necessidades especiais, os quais compreendem cinco alunos do turno vespertino.

2.2 Coleta e Análise de Dados

Durante o processo de imersão na escola, foram detectados alunos com diferentes tipos de necessidades especiais. Dentre elas: TDAH (Transtorno de Déficit de Atenção/ Hiperatividade); dislexia, visto como um caso de dificuldades e distúrbios na fala e na aprendizagem para utilizar palavras isoladas; a Síndrome de Down, conceituada como trissomia do cromossomo 21 que dificultava na fala da aluna e na desenvoltura dos conteúdos apresentados, e uma criança que foi acometida pela paralisia cerebral logo que nasceu, com dificuldades na fala, escrita e movimentos, o que limitava a busca pela aprendizagem. E outra ainda, com deficiência mental que nenhum exame médico conseguiu apontar o diagnóstico, apresentando limitações no comportamento, na dicção e na escrita.

A metodologia aplicada neste estudo seguiu a perspectiva da pesquisa ação, com utilização de questionário contendo perguntas abertas e fechadas.

Foi utilizada a técnica de análise de conteúdo, e a discussão dos dados foram feitas com base na literatura aqui fundamentada, a partir do diálogo com os teóricos que tratam da referida temática.

Para o desenvolvimento desta pesquisa, cinco alunos deficientes formaram a amostra da pesquisa. Foram duas meninas, com 10 e 12 anos de idade, além de três meninos, com 10, 11 e 12 anos, todos matriculados na turma do sexto ano, no primeiro semestre do ano de 2019. Foram selecionados no intuito de participarem do trabalho de inclusão, já que eles possuem dificuldades de aprendizagem, bem como de socialização. A partir disso, formaram-se os cronogramas de encontros com os residentes do programa, que passaram a trabalhar com foco nos alunos deficientes, diretamente na escola.

Os encontros foram realizados semanalmente, com horários variados nas salas de aulas, tanto na parte da manhã quanto da tarde, sendo necessário que ações fossem feitas fora do horário do PRP, para o bom andamento da proposta. Na ocasião, os professores passaram a fazer parceria com os residentes, seguindo as metodologias propostas, o que foi fundamental para o avanço desses alunos.

A análise se deu a partir de questionários (adaptado de HIRSCHHEIMER et al., 2010) aplicados aos professores, em relação ao objeto de estudo que teve como princípio fundamental, buscar estratégias para explorar as diferentes habilidades de alunos com necessidades especiais através do lúdico. Questionários diferenciados foram aplicados também aos pais e responsáveis, além da discussão em grupo entre os residentes, que se dedicaram aos alunos com Necessidades Educacionais Especiais (NEE). Em ambas as situações, para os responsáveis e professores, foram assinadas o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), para uso das informações.

Durante o desenvolvimento da pesquisa-ação foram utilizadas metodologias diferenciadas, dentre as quais podem ser destacadas: uso de jogos, confecção de materiais para ensinar o alfabeto, os números, tentando buscar além, instruindo ao esforço próprio, com intuito de auxiliar e incentivar a leitura. Além de buscar mais a atenção e empenho no envolvimento das atividades, tentando fazer com que o processo de ensino fosse mais significativo.

De maneira geral, os diagnósticos das crianças com necessidades especiais foram trazidos para escola pelos pais dos alunos, adquiridos junto com médicos especialistas. Para isso, foi proposto à escola o desenvolvimento de atividades a partir do PRP, que teve duração de todo um semestre para se trabalhar com esses alunos, visando um maior aproveitamento das habilidades presentes em cada um.

Para o desenvolvimento do trabalho foram utilizados diferentes tipos de materiais e metodologias, de acordo com cada deficiência, como: alfabeto de E.V.A. para alfabetização dos alunos, buscando melhorar o desempenho na escrita, bem como a leitura através da formação de palavras (Siluk,2012).

Foram utilizados também jogos ilustrativos, tais como: quebra-cabeça e blocos de encaixe, para treinar a coordenação motora fina; jogos da memória para um desenvolvimento significativo da coordenação motora e sensorial, percepção de semelhança e diferença, noção de espaço, complementariedade das imagens,

reconhecimento e entendimento das cores. Para estimular a linguagem verbal e oral, bem como o raciocínio lógico e matemático, foram utilizados jogos numéricos e de memória.

As atividades lúdicas exercem um papel importante na aprendizagem da criança. “O lúdico é eminentemente educativo no sentido em que constitui a força impulsora de nossa curiosidade a respeito do mundo e da vida, o princípio de toda descoberta e toda criação” (OLIVEIRA e DIAS (2017) apud KIYA (2014).

Finalmente, as experiências vividas e observadas foram narradas detalhadamente a partir do desenvolvimento de cada aluno. Como eram antes do programa, e como passaram a se comportar, a partir das metodologias trabalhadas. Observações em relação à sociabilidade, desenvolvimento cognitivo, sensorial e motor. Aprendizagem de letras e números, bem como o desenvolvimento emocional.

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os recursos didáticos servem como suporte para as aulas expositivas, complementando o desenvolvimento no ensino e na aprendizagem. Nesse sentido, Sousa (2008) relata que tais recursos devem ser materiais utilizados como auxílio no processo de ensino-aprendizagem do conteúdo proposto para serem aplicados pelo professor a seus alunos.

Através do Programa Residência Pedagógica, foi possível colocar em prática atividades lúdicas, para envolver as crianças que estavam com dificuldades no convívio e aprendizagem. Esta ação permitiu a inclusão dessas crianças no ambiente escolar, bem como maior desenvolvimento de várias habilidades, pois como destaca Mantoan (2003), compete ao docente estar e se sentir preparado para a convivência dos alunos com NEE, buscando nessa classe heterogênea, proporcionar crescimento, respeito, aprendizado e novos pontos de vista.

Tudo isso refletiu no comportamento dos alunos e proporcionou uma maior interação entre ambos, possibilitando também, uma repercussão que indicou

melhores notas, com mudanças básicas e importantes nas diferentes atividades através de ferramentas adequadas para explorar as habilidades das diversas deficiências.

Foi notório que o período trabalhado no ambiente escolar, trouxe resultados marcantes e reflexivos, pois possibilitou aos residentes o sentimento de responsabilidade pelas ideias criativas e lúdicas, pensando no desenvolvimento dos alunos, principalmente daqueles com necessidades especiais, sempre sob a supervisão do preceptor e docente-orientador. Segundo Volpato (2002), em relação ao lúdico, os jogos didáticos exibem uma grande importância nas diversas formas de ensino. E isso foi possível analisar a partir do melhoramento na escrita, nas atividades avaliativas, e até mesmo no comportamento. Antes eram tidas como algo difícil de fazer, e a partir disso começaram a desenvolver as habilidades na escrita e nos exercícios propostos.

As atividades foram desenvolvidas de acordo com a deficiência de cada aluno, desde conhecimento das cores para uns, noções de espaço, coordenação motora fina e grossa, que envolve habilidades como pular, subir descer, desenhar, pintar e manusear pequenos objetos, bem como a leitura e a escrita.

O aluno com TDAH foi encontrado com dificuldades de memorização de sequências. Não percebia detalhes, se esquecia das tarefas, se perdia nos acontecimentos paralelos de determinada atividade, mas a partir da inclusão no programa, foi aos poucos se deixando ajudar para superar essas adversidades. Fato que o deixou bem realizado, foi ter conseguido escrever seu nome completo, já que ele só sabia escrever o primeiro nome. Aprendeu também a fazer o nome de sua mãe, atividade essa que até então ele achava impossível de conseguir fazer, ocorreu com o apoio dos próprios residentes.

Uma vez diagnosticado o TDAH, esse aluno deve ser considerado como uma criança com necessidades educacionais especiais, pois para que tenha as mesmas oportunidades garantidas, como de aprender que os demais colegas de sala de aula, serão necessárias algumas adaptações visando diminuir a ocorrência dos

comportamentos indesejáveis que possam prejudicar seu progresso pedagógico (REIS, 2011 p.8).

A aluna com síndrome de Down começou a se aproximar mais dos colegas, deixando o pátio na hora da aula, desde que começou se envolver nas atividades com os alunos do PRP. Conforme Serrão (2006), o comportamento social da pessoa com Down é influenciado pelo ambiente, onde os resultados dessa interação podem limitar ou ampliar as oportunidades do seu desenvolvimento e de suas possibilidades de integração social. A partir de todo o processo de desenvolvimento, aprendeu também as cores e usando lápis de colorações diversas, conseguiu se socializar e ganhar mais coordenação motora, enquanto pintava os desenhos. “A prática educacional deve acontecer com vários envolvidos, cada um dando a sua contribuição para o desenvolvimento da criança com Down e podendo trabalhar os déficits que interferem no seu desenvolvimento” (ALVES, 2007, p. 44).

A criança que possuía paralisia cerebral conseguiu avançar na leitura e na escrita, a partir de palavras sugeridas para ela escrever no quadro, mesmo com dificuldades de equilíbrio, a força de vontade sempre sobressaía, pois para ela, era proposto o alfabeto ilustrado com esse intuito educativo. De acordo com Braga (1995), o desenvolvimento da criança com paralisia cerebral depende tanto de fatores orgânicos (como a localização e a extensão da lesão), quanto do contexto no qual a criança está inserida.

O aluno disléxico passou a compreender melhor as letras e as palavras. Com o uso de leituras das histórias infantis, passou a ter uma melhor noção de espaço. Gomes (2010), define a dislexia como sendo uma “desordem na aprendizagem da leitura”, e que, entretanto, tais pessoas possuem padrões de inteligência normais, ou seja, sem deficiências sensoriais, e que possuem condições emocionais favoráveis.

Para Cunha (2014, p. 68), a aprendizagem criativa é uma experiência consciente, manipulada e transformadora. Não se restringe simplesmente as influências sobre os conceitos existentes, mas abarca modificações operadas pelo

aprendiz que vão traduzir-se em uma nova forma de executar tarefas ou manusear materiais.

Seguindo essa mesma linha de raciocínio, Cunha (2014, p. 68) afirma que muitos alunos sentem dificuldade no momento de aprender algo e quando esses obstáculos não são identificados, e não são sanados de alguma forma, acabam virando uma bola de neve. Quando a aprendizagem não se desenvolve conforme o esperado para criança, para os pais e a escola, ocorreu dificuldade de aprendizagem. Assim, é importante esclarecer que o disléxico tem condições naturais para contornar suas dificuldades, para resolver muitas coisas que passam pelo concreto e que envolvem os sentidos.

E por último e não menos importante, o aluno com deficiência mental começou a melhor se socializar, apesar das carências. O uso do jogo de memória e blocos de encaixe auxiliou na insuficiência cognitiva. Mas, em relação ao desenvolvimento voltado aos conteúdos, o uso de jogos alternativos ainda não foi suficiente, ficando evidente a necessidade de um tempo maior. Segundo Grossman, 1997: “A deficiência mental refere-se ao funcionamento intelectual geral significativamente abaixo da média que coexiste com falhas no comportamento adaptador e se manifesta durante o período de desenvolvimento”.

IDE (2008), comenta que os jogos educativos ou didáticos estão orientados para estimular o desenvolvimento do conhecimento escolar mais elaborado: calcular, ler e escrever. São jogos fundamentais para a criança deficiente mental por iniciá-la em conhecimentos e favorecer o desenvolvimento de funções mentais superiores prejudicadas.

Segundo o relato dos professores de outras disciplinas, e até mesmo de biologia, as contribuições do trabalho realizado de forma diferenciada com os deficientes foram bastante enriquecedoras, pois refletiu de forma significativa na evolução desses alunos, visto como os mesmos conseguiram reconhecer as letras, formar nomes, montar quebra-cabeças e de forma geral, aprenderam a sequência numérica, bem como se comunicar melhor. Atrelado a isso, Silva (2017) corrobora

com o uso de modelos tridimensionais e ilustrações feitas pelos próprios alunos, envolvendo as atividades didáticas, as quais são responsáveis pela melhora na capacidade de adquirir e guardar informações, em comparação com métodos tradicionais, visto que são metodologias diferenciadas, que acabam voltando a atenção dos alunos para o conteúdo, facilitando de forma lúdica a sua compreensão.

Quanto aos pais e responsáveis pelos alunos deficientes, todos se manifestaram de forma positiva quanto as atividades desenvolvidas pelas residentes. Algumas crianças se destacaram mais que outras, e em alguns de seus depoimentos, os pais colocaram que não se tinha noção, do quanto foi relevante esse período em que os filhos estiveram com atividades diferenciadas com as residentes, pois só houve melhorias no desempenho dos filhos, inclusive no comportamento dos mesmos em casa”.

Com essa visão de desenvolvimento educacional, o Plano Nacional de Educação determina: “o grande avanço que a década da educação deveria produzir seria a construção de uma escola inclusiva, que garantisse o atendimento à diversidade humana” (BRASIL, 2001a, p.64).

Buscando subsídio na Base Nacional Comum Curricular (BNCC), esta define as aprendizagens essenciais às quais todos os estudantes têm direito. Ou seja, quando fala-se que todos, sem exceção, têm direito à educação, não se refere somente ao acesso. A perspectiva inclusiva indica que qualquer estudante tem o direito de acessar o mesmo currículo, para o pleno exercício da cidadania e a consequente inclusão social (BNCC, 2017).

Partindo desse viés, entende-se que pensar no processo de ensino aprendizagem implica definir os fins, os meios, os conteúdos, a função do professor, a compreensão de ensino e aprendizagem, de pesquisa, de extensão, das formas de avaliação, bem como do entendimento da prática educativa e suas manifestações de prática pedagógica, prática docente e práxis (UFPI, 2018a, p. 139).

É oportuno ressaltar que a principal fundamentação da Residência Pedagógica é a ideia de que a formação docente nos cursos de licenciatura deve garantir aos seus

egressos a mobilização e construção de saberes que lhes permitam realizar um ensino de qualidade nas escolas de educação básica (BRASIL, 2018).

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Fazendo uma reflexão sobre quantas escolas recebem alunos com NEE, percebe-se que os impedimentos que alunos com deficiência possuem, são definidos também pelas barreiras que eles encontram nas escolas e que acabam por impossibilitar uma participação igualitária.

Mas, apesar desses alunos não terem a atenção necessária, descartando por vezes a possibilidade de inclusão, é preciso buscar profissionais que possam auxiliar nesse caminho um tanto quanto desafiador. Sendo assim, percebe-se que, ainda há muito a ser feito em relação a inclusão no ambiente escolar.

Contudo, procurar estratégias que possibilitem essa inclusão, é tarefa de todos, e o uso de materiais lúdicos tem esse poder de explorar habilidades pouco conhecidas, uma vez que permite ampliar as habilidades para novas pesquisas, buscando soluções de problemas, auxiliando no desenvolvimento de habilidades cognitivas, motivação, socialização e estímulo da criatividade.

Embora a duração do trabalho tenha sido de curto prazo, buscar estratégias que possibilitassem o desenvolvimento dos alunos deficientes foi de extrema valia. Isso permitiu a reflexão e o sentimento de dever cumprido.

É importante no entanto, que trabalhos desta natureza sejam desenvolvidos e venham subsidiar as políticas públicas educacionais do Brasil, favorecendo principalmente, o suporte e a inclusão do aluno com necessidades especiais que está na escola pública.

5 REFERÊNCIAS

ALVES, Fátima. *Para entender síndrome de down*. Rio de Janeiro: Wak Ed., 2007.

AMIRALIAN, M. L. T. M. **Desmistificando a inclusão.** Revista Psicopedagogia. São Paulo, v. 22, n. 67, p. 59-66, 2005.

BUENO, J. G. S. (2001). **A inclusão de alunos deficientes nas classes comuns do ensino regular.** Temas sobre Desenvolvimento, v. 9, n. 54, (pp. 21-7). São Paulo:Memnon

BRAGA, L.W. (1995). *Cognição e paralisia cerebral: Piaget e Vygotsky em questão.* Salvador, BA: SarahLetras

BRASIL, Conselho Nacional de Combate à Discriminação. Convenção Interamericana para a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Contra as Pessoas Portadoras de Deficiência. Decreto nº 3.956, de 8 de outubro de 2001. Brasília; CNCD, 2001

BRASIL. MEC/CAPEs. **Edital n. 06/2018 CAPEs, Programa Residência Pedagógica.** Brasília: DF: CAPEs, 2018. p. 1-21.236CAPEs.

BRASIL. **Ministério da Educação e Cultura. Declaração de Salamanca e Linhad Ação sobre necessidades educativas especiais.** Brasília: Corde, 1990.

BRASIL. **Declaração de Salamanca e linha de ação sobre necessidades educativas especiais.** 2. ed.Brasília,DF: Corde, 1997.

CAVALCANTE, Meire. A escola que é de todas as crianças. Revista Nova Escola. São Paulo, 2005

CORDAZZO, S. T. D.; VIEIRA, L. M. Caracterização de Brincadeiras de Crianças em Idade Escolar. **Psicologia: Reflexão e Crítica**, v.21, n.3, p.365-373, 2008.

CHATEAU, Jean. **O jogo e a criança.** Tradução de Guido de Almeida. São Paulo: Summus, 1987.

CRESWEL, J. W. Projeto de pesquisa: método qualitativo, quantitativo e misto. 2. ed. Porto Alegre: Artmed, 2007

CUNHA, Antonio. Eugênio. Práticas pedagógicas para inclusão e diversidade. 4ª ed. Rio de Janeiro: Wak Editora, 2014.

GOMES, Ivone Alvino de Barros Dificuldades de Aprendizagem nas Séries Iniciais. Brasília: Escola Superior Aberta Do Brasil Discauculia, 2010

GORGATTI, M. G. (org.), DA COSTA, R; F. Atividade Física Adaptada: Qualidade de Vida para Pessoas com Necessidades Especiais. Manole, Barueri- SP, 2005.

GP1 2020. Disponível em: <<https://www.gp1.com.br/piaui/amp/noticia/2020/municipio-de-bom-jesus> >. Acesso em: 10 de nov de 2020.

HIRSCHHEIMER, M.R, CONSTANTINO CF, OSELKA G. Consentimento informado na EJA. Rev Paul Pediatr 2010; 28:128-33.

INEP 2020. Disponível em: <<https://www.ideb.inep.gov.br/resultado/> >. Acesso em: 10 de nov de 2020.

LA ROSA, J. Psicologia e educação: o significado do aprender. Porto Alegre: EDIPUCR, 2003

LDB - **Leis de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. LEI No. 9.394, de 20 de dezembro de 1996. D.O. U. de 23 de dezembro de 1996.

LIBÂNEO, José Carlos. **Organização e gestão da escola teoria e prática**. José Carlos Libâneo. Organização e gestão da escola teoria e prática. Goiânia – 2008.

LIMA, P. A. **Educação Inclusiva e Igualdade Social**. São Paulo: Avercamp, 2006

MEC. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional Brasileira** (Lei 9394, de 20 de Dezembro de 1996). Ministério da Educação. Brasília- DF, 2001

MEC/ SEESP. **Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica**. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. Brasília- DF, 2004

PIAGET, Jean. O nascimento da Inteligência na Criança. Rio de Janeiro: Zahar, 1976.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JESUS. Disponível em: <<http://www.bomjesus.pi.gov.br/2014/> >. Acesso em: 10 de nov de 2020.

REIS, G. V. **Alunos Diagnosticados com TDAH: reflexões sobre a prática pedagógica utilizada no processo educacional**. Parnaíba. 2011. Disponível em: <http://www.uems.br/portal/biblioteca/repositorio/2011-12-15_13-12-05.pdf>. Acesso em: 24 de jan de 2021

SILUK, Ana Cláudia Pavão (Org.). **Atendimento Educacional Especializado-AEE: contribuições para a prática pedagógica**. Santa Maria: Laboratório de Pesquisa e documentação - CE. Universidade Federal de Santa Maria, 2012.

SILVA, Graciele Braga. O ensino do tecido hematopoiético pela ótica da modelização: uma abordagem factível. **Cadernos de Educação**, v. 16, n. 32, p. 123-134, 2017.

SOUSA, D. C.; ANDRADE, G. L. P.; JÚNIOR, A. F. N. **Produção de material didático pedagógico alternativo para o ensino do conceito de pirâmide ecológica**: Um subsídio a educação científica ambiental. Fórum ambiental da Alta Paulista, v. IV, ano 2008.

UFPI. Universidade Federal do Piauí. Programa de Residência em Pedagógica. **Subprojeto de Pedagogia**. Teresina, PI, 2018

UNESCO, **Declaração de Salamanca e linha de ação sobre necessidades educativas especiais**. Brasília: CORDE, 1994.

VOLPATO, G. Jogo e brinquedo: reflexões a partir da teoria crítica. **Educação & Sociedade**, v. 23, n. 81, 2002.

YOSHIDA, Soraia. **Desafios na inclusão dos alunos com deficiência na escola pública**. Infográfico. Instituto Unibanco. 2018.